

Texto de novo pacto federativo ficará pronto no dia 3 de agosto

O novo projeto de pacto federativo, debatido por uma comissão nomeada pelo Senado Federal, terá seu texto final redigido até 3 de agosto e, ainda na primeira quinzena, deverá ser entregue ao presidente do Senado, José Sarney. O texto é fruto do trabalho de 14 juristas. O presidente da comissão é o ex-ministro da Justiça Nelson Jobim. O relator é o ex-secretário da Receita Federal Everardo Maciel.

O novo pacto servirá para colocar um ponto nas discussões sobre a guerra fiscal, a disputa dos estados por ICMS e a divisão do Fundo de Participação dos Estados e dos royalties do petróleo. Fontes ouvidas pela revista **Consultor Jurídico** disseram ser consensual entre os membros da comissão a necessidade de acabar com a guerra fiscal entre os estados e facilitar o pagamento das dívidas dos estados.

Os pontos mais sensíveis, porém, que serão discutidos até a redação do texto final, no próximo dia 3, são as distribuições dos royalties do petróleo e do fundo de participação dos estados. As duas questões têm aparecido como as que tem maior viés político nas reuniões do grupo de notáveis.

Economistas têm se esforçado para desvincular o dinheiro dos royalties de investimentos essenciais ao governo. O dinheiro, segundo argumentam, precisa ser usado com despesas correntes, pois, caso se torne necessário para investimentos (como educação ou infraestrutura) será o que chamam de bomba-relógio. Quando acabar o petróleo, o país ficará sem dinheiro para investir, afirmam.

A comissão de notáveis foi nomeada pouco antes da publicação da proposta de [súmula](#) vinculante para tratar da guerra fiscal, feita pelo Supremo Tribunal Federal em abril, que serviu como uma “faca no pescoço” do Poder Legislativo. O edital do texto afirma que qualquer tipo de isenção de ICMS concedido pelos estados por meio de lei estadual, sem autorização do Conselho Nacional de Política Fazendária (Confaz), é inconstitucional. Se a proposta for aceita, os ministros do STF poderão declarar, monocraticamente, a inconstitucionalidade das leis estaduais.

“O resultado da aprovação de uma súmula como essa seria devastador”, afirma o tributarista **Hamilton Dias de Souza**. “A única coisa positiva na proposta de súmula vinculante é ela ser uma proposta”, brinca o tributarista. Para ele, é necessário, sim, impedir a guerra entre os estados, mas a fórmula apontada pelo Supremo não é o caminho certo.

Para **Everardo Maciel**, a proposta do STF teve como resultado positivo criar o compromisso no Congresso de se manifestar e resolver a questão. Maciel diz ter estudado diferentes modelos fiscais de países como Alemanha, França e Austrália para traçar o modelo que vai apresentar, mas afirma que o discutido na comissão não será “importado”. “Modelos fiscais são culturais”, justifica.

O presidente da comissão, **Nelson Jobim**, afirma que os pontos do texto só serão divulgados quando a proposta estiver pronta para entregar ao senador José Sarney.

Depois de ser recebido pelo presidente do Senado, a proposta entrará em discussão no Congresso e poderá ser alterada por deputados e senadores.

Date Created

27/07/2012